

# BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1334 - 29/02/2016 a 06/03/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

LEITE

## QUALIDADE QUE MELHORA PASSO A PASSO

**Carne bovina**

Com menos barreiras,  
exportações decolam

**Defensivos**

Saiba como são testados  
os agrotóxicos



CAR

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

FALTAM

**67**

DIAS PARA O  
TÉRMINO DO PRAZO

[www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br)

Para quem tem dúvidas sobre a extensão dos escândalos de corrupção que envolvem a Petrobras, o leitor Joel Dematte, de São Calos do Ivaí, enviou a este Boletim Informativo algumas informações didáticas. Ele fez todas as contas, e demonstrou que 1 bilhão de moedas de um real somariam 6.900 toneladas, o suficiente para lotar 690 caminhões basculantes com capacidade de 10 toneladas cada. Ele também descobriu que, se alguém emendar uma a outra notas de R\$ 100 até chegar a R\$ 1 bilhão, formaria um caríssimo tapete... com 4,51 alqueires de superfície.

Tal é a extensão desse caso, que é apenas uma ponta no imenso lodaçal em que afunda a política nacional.

Ainda bem que não é só de notícias como essas que nós vivemos. Há coisas boas, como o progresso que os produtores de leite do Sudoeste do Estado vêm fazendo graças ao programa Passo a Passo, do SENAR-PR. Esse é um dos destaques da nossa edição desta semana, que traz muitos outros assuntos do interesse do campo e da cidade.

## Boa leitura!

# Índice

Bovinocultura de corte	03
Conservação	07
Suinocultura	08
Pecuária de leite	10
Tributação	13
Justiça	14
<i>Aedes aegypti</i>	15
Bem-estar	16
MIP / Nota	18
Agrotóxicos	20
Seguro Rural	22
Milho	24
Artigo - Pedágio	26
Notas	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

## Expediente

### FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

### SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

**Conselho Administrativo | Presidente:** Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

**Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social:** Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueil | **Ilustração:** Icaro Freitas

*Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.*

### Fotos da edição 1334:

Fernando Santos, Milton Dória, Cynthia Calderon, Divulgação e Arquivo FAEP

# A hora do boi voar

As exportações paranaenses de carne bovina decolaram no mês passado, com aumento de 239% sobre janeiro de 2015



Após alguns anos em queda, a carne bovina do Paraná ressurge no mercado internacional. As exportações paranaenses somaram US\$ 7,97 milhões em janeiro, aumento de 239% na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando os embarques atingiram US\$ 2,34 milhões. É o que revelam os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), no último dia 23 de fevereiro.

O cenário positivo é resultado do fim do embargo do Irã à carne bovina in natura do Estado. Além disso, a alta do dólar também favoreceu as vendas externas. Com o fim da restrição, somente no mês passado o país asiático comprou US\$ 1,7 milhão em carne paranaense.

Com os resultados de janeiro, o Paraná inverteu a queda nas exportações de carne bovina registrada no ano passado. O Irã já ocupa a terceira posição no ranking dos maiores compradores do Estado. Em 2015, os embarques de carne in natura e industrializada somaram US\$ 77,4 milhões no Paraná, segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab).

O faturamento da exportação de carne bovina brasileira ficou na marca de US\$ 5,9 bilhões no ano passado. Os números são da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec).

No ano passado, além do Irã, os Estados Unidos e Arábia Saudita também anunciaram o fim do embargo à carne in natura brasileira, lembra o diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária

do Paraná (Adapar), Inácio Afonso Kroetz. “Isso atesta a sanidade da carne paranaense e abre espaço para crescimento. Quanto mais diversificado o portfólio de países de destino, melhor aproveitamento para a carne do boi paranaense. A Europa, por exemplo, prefere cortes mais nobres, os traseiros. Já o Oriente compra mais dianteiros. “Os iranianos compram animais com até 30 meses e os cortes têm que respeitar o abate Halal, que segue os preceitos da lei islâmica”, disse Kroetz.

Dos 14 principais mercados da carne bovina paranaense em janeiro, dez não haviam comprado carne do Paraná no mesmo mês do ano passado. Além do Irã, estão nesse grupo Chile, Antilhas Holandesas, Armênia, Omã, Catar, Angola, Maldivas, Arábia Saudita e Bahrein.

A sanidade ainda é um entrave para o crescimento desse setor no Paraná. Entre 2006 e 2011, perdemos R\$ 4 bilhões devido a essa questão, segundo estudo realizado a pedido da FAEP. A

pesquisa ainda apontou que o Estado ganharia um incremento de R\$ 5,1 bilhões caso adotasse uma nova estratégia para reforçar a sanidade. O resultado seria uma remuneração de até mais de 40% por tonelada, que equivale à diferença do preço pago pelos mercados “nobres”, na comparação com destinos menos exigentes.

Diante desse cenário, segundo o zootecnista Guilherme Souza Dias, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, o Estado deve produzir carne de qualidade e com valor agregado para conquistar novos mercados. “Um dos requisitos do Irã, por exemplo, é só importar carne de bovinos com idade média de 30 meses, enquanto a nossa é de 37 meses”.

## Décimo rebanho

O Paraná tem o 10º maior rebanho do país, com 9,2 milhões de cabeças, o que representa 4,3% do total do Brasil. O Estado abateu 902,2 mil cabeças de janeiro a setembro de 2015, de acordo com dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O volume representou 4% do total nacional.

# O dianteiro vira o jogo

Churrasqueiros e chefs abrem espaço nas grelhas e chapas para as carnes de segunda

Por Katia Santos



Uma tendência ou reflexo da crise econômica, que emagrece o poder de compra do brasileiro? Chefs de cozinha e churrasqueiros estão usando e sugerindo aos clientes o preparo de um churrasco diferente, com cortes pouco tradicionais nas grelhas, provenientes da parte dianteira dos animais – como o acém, por exemplo. Para os especialistas em pecuária de corte, não chega a ser uma surpresa. “Quando o boi é de primeira não existe carne de segunda”, costumam dizer. Mas, para que o sabor não desminta o ditado, o produtor rural precisa investir em sanidade, nutrição, genética e manejo.

Essa, pelo menos, é a posição defendida pela professora Ana Maria Bridi, engenheira-agrônoma e professora do curso de Zootecnia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) com ênfase em Ciência da Carne (avaliação de carnes e carcaças). “Não existe milagre”, sentencia. “Para produzir um animal de qualidade com precocidade (abate aos 18 meses), é necessário investir muito. Isso vale para todas as raças.”

Apesar dos cruzamentos entre raças zebuínas e inglesas, a especialista afirma que a raça mais indicada e adaptada ao clima brasileiro é o Nelore. Ana Maria acredita que a valorização da carne bovina no Brasil é um processo irreversível, devido ao custo de produção.

Culturalmente, os cortes dianteiros eram menos valorizados, por serem menos macios que os do traseiro. Mas essa preferência tende a mudar com o melhoramento genético, a utilização de tecnologias que contribuem com a precocidade, a redução da idade de abate, confinamento e uso de raças que contribuem com maior quantidade de gordura entremeada.

“Atualmente, por uma questão de preço a carne de frango é líder em consumo, seguida da bovina e da suína. Mas, para estimular a população a consumir os cortes considerados menos nobres, é preciso campanhas publicitárias que orientem e sugiram novos preparos. Se isso não for feito o consumidor não vai saber como preparar as carnes. Vai olhar os cortes nas gôndolas, mas não vai comprar”, sugere.



Jarret de Vitela, que nada mais é do que músculo com osso

composição própria com fibras mais longas e por isso pode ficar mais suculenta e saborosa. O mignon, por ser uma carne sem osso com pouquíssima gordura, se torna na maioria das vezes o condutor de molhos. Se passar do ponto não presta para mais nada, apesar de muitas pessoas ainda o consumirem assim”, diz Freire.

Ele conta que quando abriu o restaurante Boulevard em Curitiba, em 1991, usava uma grande quantidade de mignon, mas, ao longo do tempo, foi introduzindo outros pratos no cardápio, que contemplavam cortes considerados de segunda, conseguindo reduzir o consumo do mignon a um terço do início do restaurante. “Com essa prática estamos também valorizando o produtor rural, pois ele cria e vende o boi inteiro. Eu defendo o uso integral do boi e sugiro a outros chefs que façam a sua parte pelo cara que cria o animal”, diz.

Freire sugere o preparo de um churrasco de dianteiro com acém, sete ou setinho, como também é conhecida a carne. A dica é usar apenas sal grosso, complementando o preparo com um azeite temperado com ervas ou um molho de sua preferência. “Se você souber preparar um bom mignon e fazer um músculo bem feito, me chame quando for sair o músculo”, ironiza.

## Churrasco se aprende fazendo

## Para valorizar o criador

O premiado chef paranaense Celso Freire comemora a ascensão dos cortes dianteiro. Freire tem um blog e dá dicas e sugestões de preparo na Rádio Lúmen, em Curitiba, e sugeriu recentemente aos ouvintes o uso das carnes antes consideradas de segunda. Para ele – que usa uma versão diferente da mesma frase repetida pelos criadores –, não existe carne de segunda se o cozinheiro for de primeira.

“Se formos olhar para as camadas mais carentes da população, elas costumam consumir esses cortes, mas sempre com a inveja do traseiro. A tendência se inverteu, em parte pela crise econômica, e aí surgiu uma alternativa para os restaurantes”, explica. Ele destaca, ainda, a evolução no processo de produção de animais. “Hoje no Brasil encontramos animais de qualidade que nos permitem servir acém, paleta, peito e até mesmo músculo em preparos sofisticados. Um exemplo é o Jarret de vitela, que nada mais é do que o músculo com osso”.

O chef reconhece o status que o mignon tem junto aos clientes, mas aponta também suas limitações. “É uma carne que tem muitas restrições de preparo, ao contrário da carne do dianteiro, que tem uma

O Engenheiro-civil por formação, Gerson Fabio de Almeida sempre foi apaixonado por churrasco e transformou o hobby em atividade profissional. Há dois anos ele abriu em Curitiba o Clube da Carne, um açougue gourmet onde vende cortes especiais e dá cursos sobre



Gerson Fabio de Almeida, pecuarista e churrasqueiro

churrasco. Além do ponto de venda, ele também cria gado meio sangue Angus em Guarapuava e fornece para a CooperAliança Carnes Nobres.

“Em um passado recente nós invejávamos a carne argentina porque não se produzia essas raças por aqui. Agora o brasileiro pode desfrutar dessas carnes especiais porque os pecuaristas investiram em genética e revitalizaram a pecuária de corte em termos de qualidade e de quantidade”, diz. Segundo ele, o Brasil tem uma das melhores carnes do mundo porque o produtor, que visa o mercado de qualidade, cuida do animal desde os primeiros meses de vida até o bem-estar antes do abate.

Nessa mudança, alguns cortes foram rebatizados. O filé sete, que sai das costelas do dianteiro e é mais conhecido como acém

com osso, virou short ribs após a retirada do excesso de gordura. “Esse corte é muito saboroso e virou o carro chefe da churrascaria Fogo de Chão”, conta Almeida.

Outro corte que vem sendo muito valorizado e usado no churrasco é a raquete, como era conhecido pelos antigos açougueiros. Os churrasqueiros gourmet contemporâneos o chamam de shoulder steak. A peça sai do meio da paleta. Ele se assemelha à picanha, com uma diferença: em vez de a gordura formar uma capa, ela está entremeada com as fibras finas da carne, tornando-a muito macia.

Almeida também sugere para um hambúrguer suculento uma mistura de acém, peito e uma carne mais magra, como patinho ou peixinho. Principalmente pelo tipo de gordura que essas carnes têm, que derrete quando assada.



## Saiba mais sobre as carcaças de bovinos

- Uma carcaça pesa em média 230 kg.
- O traseiro rende 49,6% da carcaça resfriada e o dianteiro corresponde a 36,7%. A diferença é osso.
- Se levarmos em conta o peso de 230 kg, o peso total do dianteiro na carcaça corresponde a cerca de 84 quilos. A ponta de agulha rende 13,6%; a paleta fica com 5%, o acém com 4,32%. Os outros cortes somam em torno de 20%.

## Da fazenda para a cozinha

Celso Freire sempre teve intimidade com o meio rural. Descendente de italianos, ele nasceu e viveu muitos anos em uma fazenda em Colombo (na Região Metropolitana de Curitiba). Sua família administrou por muitos anos uma olaria no local, e arrendava o restante da propriedade para produção de leite e alimentos.

Começou sua carreira no Hotel Bourbon, o primeiro hotel cinco estrelas da capital paranaense. É formado em Economia, mas se dedica à cozinha há mais de três décadas. Em 1990, foi convidado para chefiar a cozinha da Embaixada Brasileira em Londres. Em 1991 voltou para Curitiba e inaugurou seu próprio restaurante, o Boulevard, que funcionou por 20 anos. Atualmente, dedica-se ao Espaço Celso Freire Gastronomia e às aulas no curso de Chef de Cuisine Restaurateur no Centro Europeu e na PUC-PR.



*Celso Freire*

# Acelera, produtor!

Competição fora-de-estrada ajuda a fixar conceitos ligados às boas práticas agropecuárias



Entre Rios). Seguindo o formato dos rallies de regularidade, os veículos se posicionaram em fila, diante da barraca dos organizadores, onde recebiam, no horário previsto, o sinal verde para iniciar a trajetória cronometrada (neste tipo de prova, são considerados como melhores os participantes que conseguirem realizar cada etapa dentro do tempo e previsto, perdendo assim menos pontos).

Ao final do rally, que durou cerca de 12 horas e se encerrou com jantar no Parque Recreativo Jordãozinho, os organizadores agradeceram a todos os que participaram e anunciaram os vencedores: 1º lugar, Roberto Cunha, Renê Bandeira e seu filho Murilo (carro nº 35), com 2.006 pontos perdidos; 2º lugar, Rodrigo Ferreira, Maximilian Karl e John Abreu (carro nº 18), com 2.873 pontos perdidos; e Rosni Vicentin Ferreira e Cícero Rogério Kuntz (carro nº 37), com 3.293 pontos perdidos. Em último lugar (Troféu “Tartaruga”), ficou a dupla Fernando Peterlini e Luis Cesar Peterlini (carro nº 6), com 859.535 pontos perdidos.

Conscientização ambiental e espírito esportivo foram as palavras-chave do I Rally de Uso e Conservação do Solo e da Água, evento realizado no dia 19 de fevereiro pelo Sindicato Rural de Guarapuava, juntamente com a Cooperativa Agrária, a Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (Fapa) e as empresas Adama, MacPonta e Agrocere, com apoio da (FAEP). Em um trajeto de mais de 280 quilômetros de estradas rurais, cruzando as regiões de Guarapuava, Pinhão e Cândói, os participantes, em 35 veículos, viveram as emoções de uma competição com um duplo desafio: manter a regularidade de velocidade e tempo em cada trecho e realizar, em estações ao longo do caminho, tarefas que tinham por tema a conservação ambiental no campo: desde a coleta de água de rios até a realização de procedimentos que indicam a compactação do solo, entre outras.

Cinco estações do rally apresentaram minipalestras, enfocando: a cultura do milho na conservação do solo, controle fitossanitário visando os cuidados com a nascente e os rios, agricultura de precisão e qualidade de plantio, compactação de solos e escoamento superficial da água, e orientações sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). A largada aconteceu por volta das 7h30, em frente do prédio administrativo da Agrária, na Colônia Vitória (distrito de

Membro da comissão organizadora, o coordenador da Assistência Técnica da Agrária, Leandro Bren, disse em entrevista que as atuais alterações climáticas tornaram a preservação do solo ainda mais importante e que por esta razão os organizadores promoveram o rally para destacar o assunto: “Os produtores tiveram oportunidade de fazer pequenas dinâmicas, voltadas à consciência sobre métodos que podem ser aplicados no campo e trazer um grande benefício não só para o meio ambiente como também para o próprio produtor: métodos de controle de erosão, de diminuição da velocidade da água (da chuva), tais como canal vegetado e plantio em nível”, completou.

Já para a representante da FAEP, o rally foi oportuno por enfatizar temas que vêm sendo debatidos no Paraná. “No momento em que se está discutindo tanto a conservação de solo, vejo como de suma importância esse trabalho que foi feito aqui. O que achei mais interessante foi a possibilidade de visualizar as situações concretamente. Passamos por várias localidades onde foi possível ver quais são as formas de controlar a erosão”, observou Carla Beck, engenheira-agrônoma do Departamento Técnico Econômico da FAEP.

# Agora falta pouco

Paraná aguarda o referendo final da OIE, que será votado em maio, para ser considerado oficialmente livre da peste suína clássica



*Kroetz, da Adapar: uma vitória para o produtor paranaense*

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) coloca em votação na próxima 84ª Sessão-Geral, que acontece em Paris, no período de 22 a 27 de maio, a solicitação do Paraná, de outros 13 Estados e do Distrito Federal, de área livre de Peste Suína Clássica (PSC). As comissões Técnica e Científica da OIE já analisaram e aprovaram o pedido brasileiro. Desde 1994 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) concedeu esse status aos três Estados da região Sul.

O diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Inácio Kroetz, avalia que não haverá mudanças imediatas em termos de abertura de novos mercados. “Acredito que nos próximos dois ou três anos o mercado internacional começa a cobrar essa chancela internacional. Mas, nesse processo, o mais importante é que esse status representa mais um degrau alcançado na direção da conquista do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação. Essa certificação vai significar muito em termos de conquista de novos mercados exportadores para os produtores paranaenses”, afirma.

A comunicação oficial da OIE à Adapar ocorreu no último dia 18 de fevereiro. Agora os países membros têm 60 dias, antes da assembleia, para fazer novos questionamentos sobre essa solicitação. “É muito raro que após as aprovações das comissões haja algum questionamento dos países membros. Além disso, o Paraná nunca teve um pleito rejeitado junto a OIE. Outro aspecto importante a destacar é que esse reconhecimento é uma novidade. Antes a OIE não fazia reconhecimento de área livre para a PSC”, comenta Kroetz.

O padrão internacional para se medir a qualidade, padrão, robustez e segurança dos serviços veterinários paranaenses é a febre aftosa e não a peste suína. O presidente da Adapar explica que os suínos não são vacinados contra aftosa, mas são suscetíveis à doença, pois estão em uma área que não é livre da doença.

“Já é uma vitória, sem dúvida. Essa conquista do Paraná junto a OIE é importante porque irá reforçar a legitimidade do Estado em pleitear a área livre de febre aftosa sem vacinação. E vai nos ajudar também a manter os mercados já conquistados”, explica.

## Vigilância em cinco passos

De acordo com Inácio Kroetz, da Adapar, o produtor paranaense de suínos pode contribuir com o processo de sanidade fazendo a vigilância passiva. Para isso basta seguir cinco passos:

**1**

Cooperar com o serviço de vigilância sanitária e notificar qualquer mortalidade ou comportamento anormal no rebanho fora das circunstâncias normais – como eventual falta de energia ou excesso de calor. E informar também ocorrências nas propriedades vizinhas à sua. Essa comunicação pode ser feita em qualquer um dos escritórios da Adapar ou Secretaria da Agricultura do Paraná.

**2**

Manter em dia o calendário sanitário do rebanho.

**3**

Colaborar com o serviço oficial de inquérito epidemiológico.

**4**

Fazer o trânsito de animais só com documentação.

**5**

Manter o cadastro atualizado junto a Adapar, mesmo que só tenha suínos para subsistência.

## Aprenda mais sobre a PSC

- O último caso clínico registrado no Paraná de peste suína clássica pelo serviço veterinário foi em 1994.
- A PSC é uma doença causada por um vírus. Em animais jovens, a taxa de mortalidade pode chegar a 90%. Já em animais mais velhos, a enfermidade pode manifestar-se discretamente ou até mesmo ser subclínica.
- A PSC também é chamada como cólera dos porcos.
- De acordo com o último levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral), o Paraná tem um rebanho comercial de suínos de 5,518 milhões de animais.



# Passo a passo para o sucesso

Sindicato Rural e SENAR-PR desenvolvem programa em parceria com cooperativa e universidade para capacitar produtores de leite da região de Pato Branco



*Alexandro Andreola, a esposa Simone e a pequena Maria Julia na propriedade*

Uma iniciativa envolvendo o Sindicato Rural de Pato Branco, o SENAR-PR, a Cooperativa Agrícola Mista São Cristóvão (Camisc) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) está capacitando produtores de leite de alguns municípios da região Sudoeste do Paraná para melhorar a qualidade e a produtividade nas propriedades, proporcionando mais renda e qualificação para os participantes.

Iniciado em 2015, o projeto “Passo a Passo: Nossa parceria aprimorando sua produtividade” irá trabalhar todas as etapas da atividade leiteira, desde a organização do local de trabalho, até a autoestima dos participantes, passando pela gestão da propriedade, alimentação dos animais, manutenção de pastagens e outros aspectos necessários para aprimorar a produção leiteira. Os cursos são encadeados de maneira lógica, contribuindo com a formação técnica de cada participante.

A primeira turma contou com 18 produtores cooperados da Camisc nos municípios de Clevelândia, Pato Branco e Mariópolis. As atividades

começaram em junho de 2015 com a realização do programa “De Olho na Qualidade”, do SENAR-PR, no qual os participantes aprendem os fundamentos da Gestão Rural, começando pela organização do ambiente de trabalho e a adoção de boas práticas. Durante esta ação foi realizado um diagnóstico das propriedades pela UTFPR, que fez análises de solo e de água nas propriedades, para futuramente poder orientar esses produtores para produzirem boas pastagens.

O projeto prevê que a universidade irá capacitar os produtores na área de nutrição e fazer o monitoramento das pastagens; a cooperativa irá fornecer assistência técnica e também disponibilizou um espaço para um banco de mudas forrageiras que serão usadas como pastagens. Segundo o professor de plantas forrageiras do curso de Agronomia da UTFPR, André Brugnara Soares, essa etapa é importante, pois as melhores cultivares para a produção de leite não produzem sementes, como Capim Kurumi (Embrapa) Capim Jiggs, Tifton 85 e o Amendoim Forrageiro. “Além disso, vamos ter certeza da origem des-

sas espécies, pois existem outras forrageiras que são muito parecidas, e o produtor pode se confundir”, explica Brugnara.

As análises de solo e água da primeira turma já foram realizadas, bem como as recomendações da UTFPR. “Recomendamos para muitos uma adubação fosfatada e não fazer mais a calagem e na água encorajamos a proteger fontes e clorar a água. Existe um tipo de mastite que é decorrente da contaminação da água”, afirma o professor.

## Identificar oportunidades e unir forças

Ao SENAR-PR cabe as capacitações dos participantes e ao Sindicato Rural de Pato Branco a organização e condução do programa. “Esse envolvimento dos parceiros fortalece muito essa iniciativa. Cada instituição trabalha dentro da sua linha de ação, somando forças e contribuindo para a qualidade final do produto e, conseqüentemente, para o ganho do produtor”, avalia o presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oradi Caldato.

De acordo com o supervisor do SENAR-PR da Regional de Pato Branco, Eduardo Marcante, a ideia de realizar um programa neste formato começou faz algum tempo. “A Camisc e o Sindicato Rural são muito próximos e trabalhavam coisas de forma isolada para capacitar os produtores”, lembra. Segundo ele, conversando com um grupo de produtores da região que demonstrava muito interesse em melhorar sua produção, eles identificaram a oportunidade de desenvolver um projeto conjunto que contribuísse para alavancar a qualidade da produção leiteira e melhorasse a formação técnica dos produtores.

No final de fevereiro de 2016 tiveram início mais duas turmas do programa. Ao todo estão previstas cinco turmas, cada uma com duração de sete anos. Ao longo deste tempo, estão previstas diversas capacitações do SENAR-PR e da UTFPR, como Manejo de Gado Leiteiro, Manejo de Pastagens, Casqueamento, Qualidade do Leite, Ordenhadeira Mecânica, Alimentação de Bezerros, Derivados de Leite, Ergonomia, entre outras.

O objetivo é que todo esse conhecimento não seja ministrado de forma isolada. Cada etapa é a continuação da anterior, de modo que cada capacitação some-se às outras e os participantes possam encadear o conhecimento adquirido de maneira lógica.

Em março deste ano, a primeira turma iniciada em 2015 dá continuidade ao programa com capacitação do SENAR-PR na área de Gestão Rural. “O mercado é muito exigente com a qualidade. Sem esse programa, pouca

gente conseguiria pagar por esse tipo de consultoria”, observa o veterinário da Camisc, Glademir Teixeira Nunes, responsável técnico pelo posto de recebimento da cooperativa.

## “Quem não melhorar vai ficar para trás”

Essa mesma percepção vem de um dos participantes da primeira turma do programa. Segundo o produtor Alexandre Andreola, de Mariópolis, “Só vai permanecer na atividade quem se especializar. Quem não melhorar vai ficar pra trás”, avalia. Com 20 vacas da raça holandesa em seu plantel, sendo 15 em lactação, ele conta que já realizou mudanças na organização da propriedade de acordo com o que aprendeu na primeira capacitação. “Já mudei algumas coisas, você percebe que quando o ambiente está organizado, é muito mais fácil trabalhar”, diz.

Hoje a propriedade da família, de cerca de 65 hectares, destina 7,2 hectares para pastagens perenes e o restante para lavoura. Junto com a esposa, Simone Andreola, ele cuida de toda produção leiteira, que soma uma média de 300 litros por dia. Toda produção é entregue à Camisc.

Seu objetivo com o programa é melhorar a produtividade e a qualidade do leite. “A partir do momento em que você é desafiado, você se propõe a melhorar”, avalia o produtor, que já mira na aquisição de novos animais e na compra de equipamentos para a ordenha. Hoje sua



Raul César Forlim e a esposa Silvia Bianchini



o veterinário da Camisc, Glademir Nunes

sala de ordenha é equipada com transferidor, ele pretende migrar para sistema com leite canalizado, mais prático e moderno.

Para o produtor Raul César Forlim, também de Mariópolis, o programa tem uma importância adicional. “Para a gente que não era da área rural, foi muito bom”, afirma. Com um plantel de 32 vacas, a grande maioria da raça Jersey, 22 delas em lactação, ele toca, ao lado da esposa Sílvia Isabel Bianchini, a propriedade de 17 hectares.

## Arrumar a casa é o primeiro passo para a mudança

A primeira etapa de todas as turmas do projeto “Passo a Passo: Nossa parceria aprimorando sua produtividade” é o curso do SENAR-PR “De Olho na Qualidade Rural”. O motivo é simples: se pretende transformar sua produção e melhorar sua qualidade, o produtor deve primeiramente organizar seu local de trabalho.

Foi pensando nisso que em 1997, o SENAR-PR passou a oferecer este curso com foco na atividade rural. O produto foi criado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e se estrutura na metodologia 5S, que alia cinco aptidões necessárias para melhorar a qualidade do trabalho: Senso de Utilização, Senso de Organização, Senso de Limpeza, Senso de Padronização e Saúde e Senso de Disciplina ou Autodisciplina.

Com duração total de 163 horas, o curso conta com uma etapa teórica, dentro de sala de aula, e outra em campo na qual o instrutor

Na atividade leiteira há nove anos, ele pensa em se especializar cada vez mais para ganhar competitividade. Ele já fez diversos cursos do SENAR-PR na área de bovinocultura de leite, como Manejo e Ordenha, e Inseminação Artificial. “Somos um caso a parte, estamos sempre pesquisando, sempre em busca de informação”, afirma. Talvez por isso ele tenha gostado do resultado da primeira etapa do programa Passo a Passo. “Foi excelente, principalmente a parte que trata de organização e limpeza”.

Sua produção hoje é de cerca de 220 litros por dia, uma média de 10 litros por animal. Esse número varia conforme o clima e outros fatores. “Já cheguei a tirar 380 litros por dia”, afirma. Apesar do volume não ser tão grande, ele recebe mais pela qualidade do produto, uma vez que o leite da raça Jersey possui mais gordura na sua composição, fator que interessa principalmente para a indústria de queijo. “Não posso reclamar do preço, sempre recebi bem, o que manda é a qualidade do leite”, observa.

Em um primeiro momento, seu objetivo com o programa é melhorar o manejo de suas pastagens. Hoje ele possui 2,5 hectares de tifton, “Estamos restando para aperfeiçoar essa parte da comida”, afirma. Para os anos seguintes, ele pretende aumentar seu plantel, dessa vez a raça escolhida pode ser a Holandesa, para aumentar o volume da sua produção.

Outra mudança pretendida é a compra de equipamentos para melhorar a produção de alimento para os animais. “Tirar silagem no braço não é fácil”, afirma.

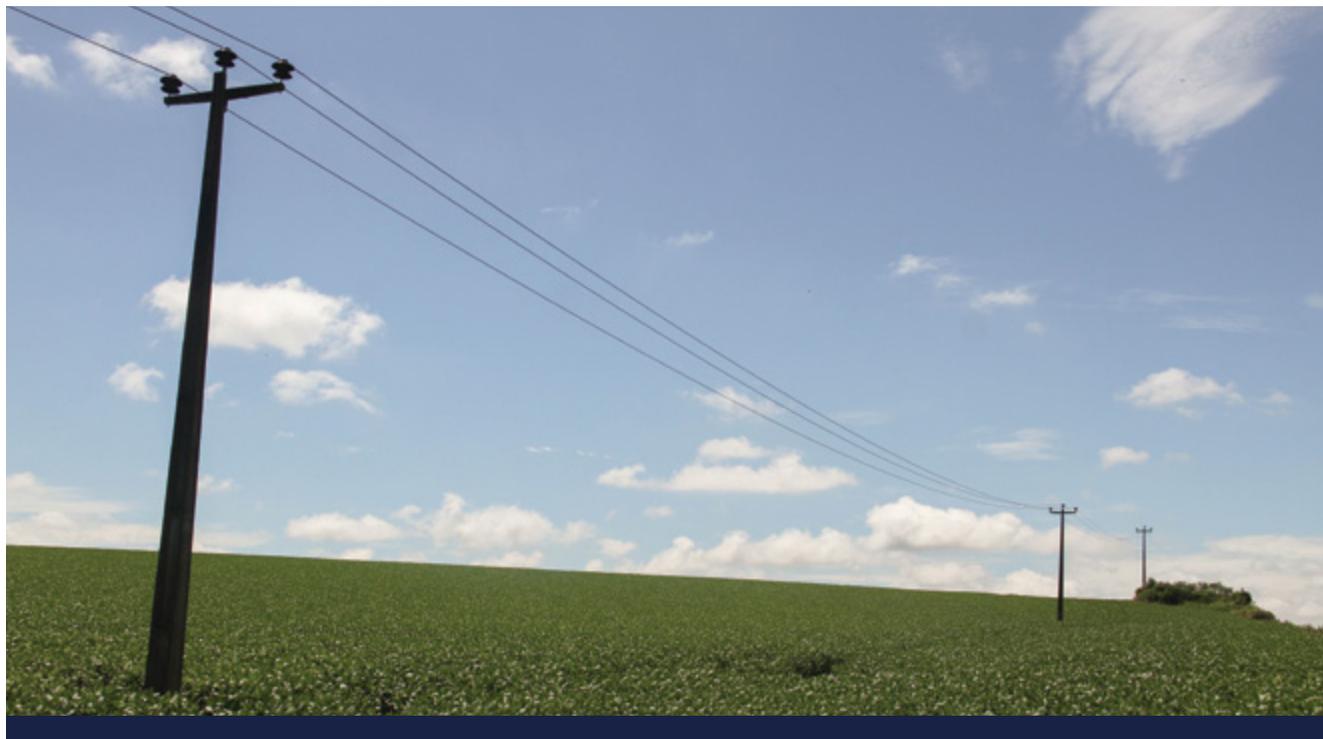
vai até a propriedade para avaliar cada caso e aplicar as mudanças necessárias. Dividido em cinco etapas: Descarte, Organização, Limpeza, Higiene e Ordem Mantida, o curso pretende reduzir desperdícios, preservar o meio ambiente, a saúde e a autoestima dos participantes, além, é claro de estruturar o local de trabalho para aumentar a qualidade e a produtividade.

No fase do Descarte, o produtor aprende a deixar no local de trabalho somente aquilo que for necessário; na Organização, que é preciso um lugar para cada coisa; na Limpeza, a deixar o local de trabalho, máquinas e equipamentos em perfeito funcionamento, e na Higiene, trabalhar a saúde e a qualidade de vida de produtores e animais. A última fase, Ordem Mantida, trabalha a perseverança, para que o participante incorpore essas práticas ao seu dia-a-dia, mesmo depois do fim do programa.

Logo na primeira etapa do curso é feita uma foto da situação atual do local que se pretende trabalhar. Ao final do curso, é feita outra foto, para mostrar as mudanças realizadas. O objetivo é sensibilizar os participantes da importância das práticas adotadas.

# Cai cobrança de ICMS na energia da área rural

Com isso, os produtores rurais serão desobrigados de implantar medidores de energia diferenciados para as áreas de produção e residências



A Secretaria da Fazenda vinha cobrando o ICMS nas faturas de energia elétrica de produtores rurais com base em entendimento equivocado do Decreto nº 1600 de 03 de junho de 2015 do governo do Estado, que estabelecia o direito à isenção do imposto naquela energia elétrica consumida exclusivamente na atividade agropecuária.

No entendimento da Fazenda, a residência do produtor estava apartada das atividades agropecuárias, razão pela qual estava exigindo um medidor separado.

A pedido da FAEP, o governo do Estado restabeleceu a isenção total para a atividade, considerando que as residências fazem parte do complexo agropecuário, levando em conta que o produtor é obrigado a residir ao lado das estruturas de produção, especialmente na avicultura, suinocultura, produção de leite e de fumo, uma vez que essas atividades demandam intervenções permanentes dos produtores.

Desta forma, o governo do Estado determinou que a COPEL re-

tirasse a incidência do ICMS dos produtores rurais, desobrigando-os de ter que implantar medidores de energia diferenciados para as áreas de produção e de residências.

Significa que a partir de agora as faturas de energia não trarão mais a cobrança de ICMS. Porém não serão contempladas as atividades estranhas à agropecuária.

## Rural Urbano

Para as propriedades rurais localizadas dentro do perímetro urbano, também a pedido da FAEP, o governo do Estado baixou o Decreto nº 3.531, de 24 de fevereiro de 2016, que permite aos produtores rurais usufruírem da isenção do ICMS na fatura da energia elétrica desde que apresentem, alternativamente:

- pagamento do ITR e declaração de não incidência do IPTU;
- declaração de aptidão ao Pronaf.

# Restituição de correção monetária: Plano Collor

Produtores com financiamento agrícola vigente na época podem ter direito à restituição de valores



O produtor rural que teve financiamento agrícola com o Banco do Brasil corrigido pela caderneta de poupança na época do Plano Collor (março/abril de 1990) pode ter valores cobrados indevidamente e passíveis de devolução. Na época foi aplicado o índice de 84,32% de correção monetária nos financiamentos rurais, quando o valor correto seria 41,28%, referente ao Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF).

“Os produtores com financiamentos vigentes na época do Plano Collor podem ter direito à restituição. Cada caso é um caso e por isso sugerimos a análise individual de cada produtor”, esclarece o coordenador do Departamento Jurídico da FAEP, Klauss Kuhnen. O direito à restituição se estende aos produtores rurais que renegociaram o valor do Plano Collor, incorporando-o à dívida ainda não quitada. Nesse caso, o produtor tem direito ao expurgo desses valores da conta, com a recomposição do saldo devedor original.

Kuhnen, esclarece que, embora a questão já esteja praticamente decidida, com ganho de causa para a tese defendida pelos produtores, existe a possibilidade remota de uma mudança. Primeiro, porque ainda há prazo para a interposição de recursos por parte da União e do Banco Central do Brasil (Bacen). E em segundo lugar, porque o

último recurso do BB ainda não foi julgado.

Para saber se tem direito a essa restituição, o Departamento Jurídico da FAEP sugere ao produtor verificar se possui documentos que comprovem a existência da dívida naquela época. Caso contrário, pode-se obter essa comprovação através da anotação da Cédula Rural na matrícula do imóvel ou fazendo a requisição diretamente numa agência do Banco do Brasil.

Vale a pena ressaltar, entretanto, que é possível que os custos de entrar com a ação não compensem os ganhos. Segundo Kuhnen, esse pode ser o caso daqueles, cujos financiamentos, já estavam próximos ao encerramento quando da aplicação equivocada do índice. Por isso a necessidade de análise individual de cada caso.

O produtor que optar em mover a ação para receber sua cota-parte, de forma individual, deve fazê-lo junto aos autos da Ação Civil Pública nº 008465-28.1994.4.01.3400, em trâmite na 3ª Vara Federal de Brasília (DF). Não há, nesse momento, nenhuma hipótese de recebimento extrajudicial. O Departamento Jurídico da FAEP está à disposição para esclarecer dúvidas pelos telefones (41) 2169- 7945 (Klauss)/2169-7995 (François)/2169-7942 (Leonardo) ou pelo email: [juridico.csr@faep.com.br](mailto:juridico.csr@faep.com.br)

## Cédula Rural

Para ajuizamento da ação é necessário ter uma cópia da Cédula Rural e dos comprovantes de liberações e pagamentos, pois com esses dados é possível a reconstituição da conta e o cálculo do valor exato a ser devolvido.

Caso o produtor não tenha esses documentos, pode solicitar uma cópia junto ao Banco do Brasil, que tem o dever de entregá-los. Na prática, entretanto, isso não tem ocorrido. Dessa forma, o produtor deve fazer uma busca junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca onde está situada a agência bancária, pois as cédulas são de registro obrigatório.

## Histórico da Ação

*Veja que passos o processo de restituição dos valores do Plano Collor seguiu até o momento.*

- Em 28/04/2012, a ação para o ressarcimento dos valores foi ajuizada pelo Ministério Público, juntamente com assistência de entidades de classe de âmbito nacional.
- Em 16/12/2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatou o pedido de indexação à correção paga pela poupança em março de 1990, que foi de 41,28%.
- O Banco Central e o Banco do Brasil (em 04/02/2015) e a União (em 10/02/2015) apresentaram embargos de declaração, um tipo de recurso.
- Em 25/09/2015 esses recursos foram julgados improcedentes pelo STJ.
- Em 08/10/2015 e em 14/10/2015, o Banco Central e a União, respectivamente, apresentaram novos questionamentos (embargos de declaração). Também em 14/10/2015, o Banco do Brasil entrou com outro recurso (embargos divergentes).
- Os recursos do Banco Central e da União foram julgados improcedentes pelo STJ em 02/02/2016. Ainda está pendente de julgamento o recurso do Banco do Brasil.

## ALERTA

# Livre-se dos mosquitos!

As epidemias de dengue e febre zika que o Brasil vem enfrentando são, basicamente, urbanas. Mas, por ter capacidade de se proliferar tanto em recipientes naturais como artificiais, o *Aedes aegypti* também pode surgir em áreas rurais. E é justamente nesta época de chuvas que aumentam os riscos de proliferação do mosquito. Especialistas da Embrapa e da Emater sugerem o manejo integrado como uma prática mais eficaz de combate ao inseto.

Segundo o pesquisador Francisco Schmidt, da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, os moradores de áreas rurais devem ter a mesma preocupação dos que moram em áreas urbanas, principalmente em relação à água parada. Isso porque as residências na zona rural apresentam grande possibilidade de proliferação do mosquito da dengue por conta da atividade agrícola. A diferença, segundo ele, é que as casas estão menos agrupa-

das que na cidade.

A atenção deve ser redobrada com os canos, que são muito usados na irrigação. “Às vezes, a pessoa deixa o cano de boca para cima depois de usar. Aí chove e acumula água. Muitas vezes, a pessoa nem sabe que o mosquito está se criando ali dentro.” Por outro lado, o pesquisador lembrou que as localidades onde há lagoa com peixes, as pessoas não precisam se preocupar tanto com o *Aedes aegypti*, uma vez que os peixes são os próprios predadores do mosquito.





## O mal do sal

Aos quatro anos de idade, mais de 90% das crianças já ultrapassam os valores toleráveis de sal para a sua idade, com a sopa e o pão destacando-se como os alimentos que mais contribuem para o consumo elevado. Os dados são de Portugal, de uma extensa pesquisa que acompanha quase 9 mil crianças desde o seu nascimento – mas podem muito bem estar se repetindo no Brasil, onde os hábitos de consumo do tempero são semelhantes. “Estes dados são relativamente comuns ao que se passa em outros países. A diferença está no sal, temos que ganhar a luta contra o sal”, destacou Pedro Graça, coordenador do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável da Direção Geral de Saúde, equivalente português ao Ministério da Saúde.

“O sal é um problema em Portugal”, sublinhou Carla Lopes, do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP), responsável pelo levantamento. O país tem uma legislação que limita a quantidade de sal a ser usada nos pães, mas ela parece não ser suficiente para evitar os excessos. A avaliação das crianças de quatro anos acompanhadas pelo projeto Geração XXI (que avalia quase 8700 crianças desde 2005) permitiu perceber que o consumo de alimentos de alta densidade energética é elevado desde idades precoces e influencia mais tarde um padrão alimentar desequilibrado. Num olhar superficial, até parece que tudo está bem: as crianças ingerem em média 1.600 calorias por dia, com uma componente adequada de proteínas, carboidratos e gordura, além da maior parte dos micronutrientes.

# Bem-estar



Os problemas começam quando se aprofunda a análise. Percebe-se, por exemplo, que apenas quatro em cada dez crianças de quatro anos atingem as recomendações diárias de cinco porções de fruta e hortícolas diárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). De resto, o relatório sobre o consumo alimentar e nutricional em crianças em idade pré-escolar prova também que o consumo da carne é já muito superior ao de peixe (42% consome carne diariamente e 9%, pescado), ainda que o consumo de carnes brancas suplante o de carnes vermelhas.

Preocupante é também o fato de que mais de metade destas crianças (52%) consomem refrigerantes e sucos engarrafados (néctares) diariamente. Além disso, 65% comem bolos e doces pelo menos uma vez por dia. A agravar, quase três quartos ingere salgados (pizza, hambúrguer, batatas fritas e salgadinhos de pacote) entre uma a quatro vezes por semana. Os pesquisadores condenam também o consumo de bebidas como como chás de caixinha (conhecidos como ice teas). Segundo os pesquisadores, trata-se de refrigerantes, com alto teor de açúcar. “Os pais pensam que estão dando chá aos filhos”, lamenta Carla Lopes.



“São dados que nos devem fazer pensar”, defende o presidente do instituto e coordenador científico do projeto Geração XXI, Henrique Barros, que adiantou que outras avaliações entretanto permitiram já perceber que é elevada a proporção de crianças com pressão arterial alta. Na educação para uma alimentação saudável, a família tem um papel crucial, mas também as escolinhas têm função relevante, destaca o relatório dos pesquisadores. Por isso mesmo, a pesquisa serviu de base para a elaboração de um livro eletrônico com instruções para as escolas.

*Adaptado do site do jornal português Público ([www.publico.pt](http://www.publico.pt))*

# Menos defensivo, mais lucro

Manejo integrado de pragas garante economia de 50% na aplicação de inseticidas em lavouras de soja



O pesquisador da Embrapa, Osmar Conte

Desde a década de 80, o produtor Daniel Alfredo Rosenthal, de Rolândia, utiliza o Manejo Integrado de Pragas (MIP) e Manejo Integrado de Doenças (MID) pelos 400 hectares de lavouras de soja. A cada cinco a sete dias, Daniel faz o monitoramento nas plantações e, segundo ele, as tecnologias garantem economia na hora de aplicar os inseticidas. “É uma prática sustentável e na comparação com os meus vizinhos, por exemplo, o número de aplicações nas minhas lavouras é bem menor”, destaca o produtor.

Assim como Daniel, o produtor Milton Casaroli, de Londrina, reduziu o número de aplicações de inseticidas numa área experimental de 20 hectares de soja. “Com uso do MIP, estou economizando no mínimo duas aplicações”, conta. A ideia, segundo ele, é expandir o uso dessa tecnologia nos 240 hectares destinados à cultura.

Os dois casos confirmam uma pesquisa divulgada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), durante a 28ª

edição do Show Rural 2016, mostrando que o uso do MIP reduziu em 50% a aplicação de inseticidas na cultura de soja. Desde a safra 2012/2013, a Embrapa junto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) instalaram Unidades de Referência (URs) em 169 propriedades rurais para avaliar o impacto da utilização dessa tecnologia no cultivo da oleaginosa.

Ao longo desses anos, segundo o pesquisador da Embrapa Soja, Osmar Conte, a redução na aplicação de inseticidas foi superior a 55% em algumas áreas. Na safra 2014/2015, de acordo com ele, os produtores que utilizaram o MIP registraram 2,1 aplicações, enquanto a média estadual foi de 4,7 nas propriedades onde não há o uso dessa tecnologia.

Outro indicador de sucesso da tecnologia foi o tempo decorrido até a primeira intervenção com inseticidas para o controle de pragas. Enquanto a média para a primeira aplicação nas URs foi de 66 dias,

nas áreas comerciais foi de 35 dias (confira na tabela abaixo). “O uso do MIP garante uma economia ao produtor no controle de pragas e com base no trabalho que desenvolvemos nas URs ocorreu uma economia média de três sacas de soja por hectare”, explica Conte, acrescentando que o monitoramento, a coleta e os registros dos dados são realizados semanalmente nas URs.

O MIP é um conjunto de tecnologias baseado na amostragem

de pragas e no monitoramento da lavoura para a tomada de decisão em relação ao controle dessas pragas. “É uma ferramenta que favorece a racionalização do uso de inseticidas com redução nos custos de produção”, comenta o pesquisador.

Com a adoção da tecnologia, segundo ele, na safra 2014/2015, a economia no Estado foi de R\$ 936 milhões na hora de aplicar inseticidas. Confira a tabela:

Safas	2012/13	2013/14	2014/15
Número de Unidades de Referência em MIP (UR)	54	107	169
Número médio de aplicações de inseticidas da UR	2,2	2,6	2,1
Número médio de aplicações de inseticidas no Paraná	4,6	5,0	4,7
Média da 1ª aplicação de inseticida na UR (dias)	-	54	66
Média da 1ª aplicação de inseticida no PR (dias)	-	29	34
Possível economia com a adoção do MIP no PR (milhões)	R\$636	R\$732	R\$936

## Plante Seu Futuro

As ações nas URs foram estabelecidas no âmbito do programa Plante Seu Futuro, resultado de uma parceria do governo do Paraná com entidades como a FAEP, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Itaipu Binacional e Ocepar, entre outras.

## NOTA

### Lauro Lopes deixa direção do sindicato de Castro



Em solenidade realizada em 24 de fevereiro, o Sindicato Rural de Castro de posse a Eduardo Medeiros Gomes na presidência da entidade. Gomes sucede a Lauro Lopes, um dos fundadores do sindicato e liderança expressiva do meio rural paranaense. A trans-

missão de cargo foi prestigiada por diversas autoridades locais, pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette, e pelo diretor-financeiro João Luiz Rodrigues Biscaia.

Em seu discurso, Meneguette ressaltou a experiência e os feitos do ex-presidente, que também é membro do Conselho Fiscal da FAEP. “Conheço Lauro Lopes desde o início da minha entrada no sistema sindical rural”, contou. “Acho muito justo que, depois de tantos anos, uma liderança dessa magnitude queira se afastar das suas lides diretas como presidente do sindicato rural e passar a responsabilidade para mãos mais jovens.”

Meneguette destacou ainda a função de Lopes como padrão a ser seguido. “Se não soubesse que ele continuará sendo esta referência moral, não apenas para os filiados do Sindicato Rural de Castro, mas da própria cidade, eu lamentaria sua saída da presidência. Mas sei que ele continuará sendo uma espécie de farol ético e moral de sua cidade e não se afastará dos grandes problemas que atinge a sua classe de produtores rurais”, disse Meneguette.

# Como são testados os agrotóxicos?

Legislação brasileira é uma das mais rigorosas do mundo

Por Katia Santos



O professor/doutor Donizeti Fornaroli em uma área experimental em Londrina

Os agrotóxicos são seguros? Que garantia o consumidor pode ter de que está consumindo alimentos que não farão mal à sua saúde?

Essas são perguntas importantes, e um número crescente de pessoas na sociedade brasileira tem feito questionamentos nessa área. Por isso, o Boletim Informativo levantou como funciona esse processo, e foi conhecer um dos locais onde ocorrem os testes.

O Brasil é tido como um dos países mais rigorosos do mundo em relação ao registro de produtos. Cada pedido de registro precisa passar por três áreas do governo federal: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa, encarregada de fazer a classificação toxicológica da molécula), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, que avalia sua eficácia agrônômica) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama, responsável por analisar o perigo que cada substância pode representar para a natureza).

Os testes são livres, sem necessidade de autorização governamental, quando envolvem a manipulação de volumes inferiores a

25 gramas de qualquer substância. Segundo o manual criado pelo MAPA para orientar os pesquisadores a respeito, isso ocorre porque nesses casos a molécula pode não se caracterizar como agrotóxico.

Quando os volumes crescem e o laboratório avalia a possibilidade real de tratar-se de um produto de uso agrônômico, deve-se procurar as autoridades com um pedido de Registro Especial Temporário (RET). O processo para emissão do documento leva de dois a seis meses, podendo chegar até dois anos. Junto com o pedido de RET é preciso entregar um projeto experimental do produto indicando como e onde serão feitos os trabalhos e os nomes dos laboratórios que vão executar os testes. O documento permite as pesquisas e experimentação durante três anos, renováveis por mais três. De posse dele, o laboratório poderá importar, fabricar ou usar quantidades limitadas de agrotóxicos em pesquisas a estudos no Brasil. No ano passado, a Anvisa recebeu 102 pedidos desse gênero. Em 2016, até o dia 25, foram mais 23 pedidos.

Depois de concluídos os estudos, é possível pedir os registros definitivos dos componentes, da pré-mistura usada para transporte ou formulação dos agrotóxicos e dos produtos formulados – ou seja, aquele a ser usado em ambiente agrícola visando o controle de pragas.

Antes de ser aprovado para venda, qualquer produto destinado ao uso agrônomico passa por anos de pesquisa e de testes. “Em média esses testes acontecem ao longo de 12 anos e são investidos cerca de US\$ 300 milhões. Os resultados dos experimentos são compilados e encaminhados aos órgãos públicos para análise”, diz o engenheiro-agrônomo Donizeti Fornarolli, que trabalhou com herbicidas em suas pesquisas de mestrado e doutorado e leciona no Centro Universitário Filadélfia, em Londrina.

Fornarolli é o responsável técnico por uma das duas dúzias de áreas que o MAPA habilitou no Paraná para testes com agrotóxicos. Localizada no distrito de Guaravera, no município de Londrina, a Fornarolli Ciência Agrícola tem sete hectares e realiza testes de eficácia e praticabilidade agrônômica.

O RET pode ser executado em três fases distintas. A primeira fase é denominada de fase preliminar, onde o produto só pode ser estudado em ambiente controlado de laboratórios e estações credenciadas. Na segunda fase, onde a empresa possui maiores informações sobre o produto, os estudos podem ser realizados em áreas maiores dentro de estações experimentais credenciadas.

Na terceira fase, a empresa apresenta um dossiê mais amplo com as informações requisitadas pelos ministérios sobre o produto. Isso permite que os testes de eficácia sejam feitos não só em estações credenciadas, mas também em propriedades de terceiros através de uma carta de cessão. Nesses casos, é o laboratório que fornece ao proprietário da área esse documento onde informa que está fazendo testes de um produto não registrado. Isso exige que a área seja isolada com placas que identificam o estudo e alertam sobre a proibição do consumo da produção.

Para obter credenciamento, Fornarolli precisou atender a uma série de exigências do MAPA. Além disso, mensalmente o órgão público precisa receber um relatório padrão com as coordenadas da área de testes, informando sobre as substâncias que estão sendo avaliadas. Essas informações são verificadas pessoalmente através de visita técnica não agendada. “Aqui realizamos em média por ano 200 experimentos que envolvem 30 substâncias diferentes. Tudo isso acontece atendendo a regras de sigilo absoluto em relação ao que está sendo estudado”, conta.

A legislação brasileira permite que os agroquímicos classificados como genéricos possam ser registrados como similares à fórmula original. Nesses casos, segundo Fornarolli as empresas conseguem reduzir de 10 para cinco anos o prazo para obtenção do registro do produto.

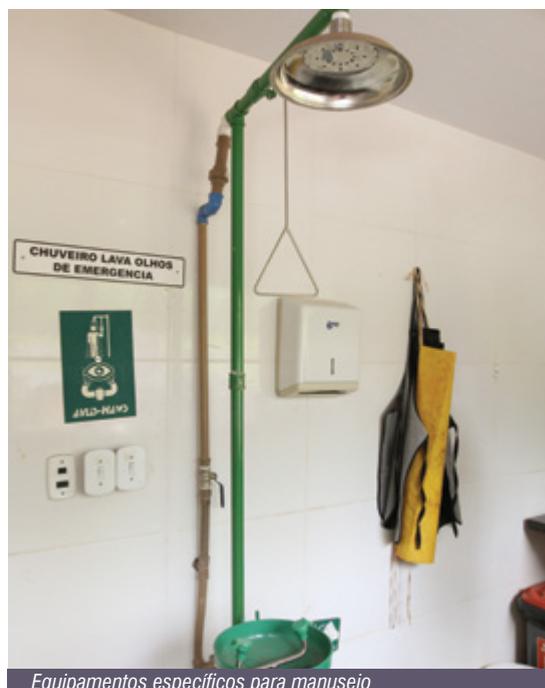
Segundo o professor, há cerca de 10 anos, os testes eram realizados principalmente por universidades estaduais e federais. Recentemente, a legislação passou a aceitar os estudos conduzidos por empresas privadas credenciadas. O processo é rigoroso e o MAPA exige que as áreas de experimentos tenham salas específicas para preparo das caldas e equipamentos, implementos agrícolas próprios, destinação adequada das embalagens descartadas, tanques de contenção dos restos de caldas com descarte e área de armazenamento para os produtos testados, entre outros itens de infraestrutura. As sobras dos produtos testados devem ser armazenados em tanque específico para posterior incineração.



Descarte adequado das sobras das caldas



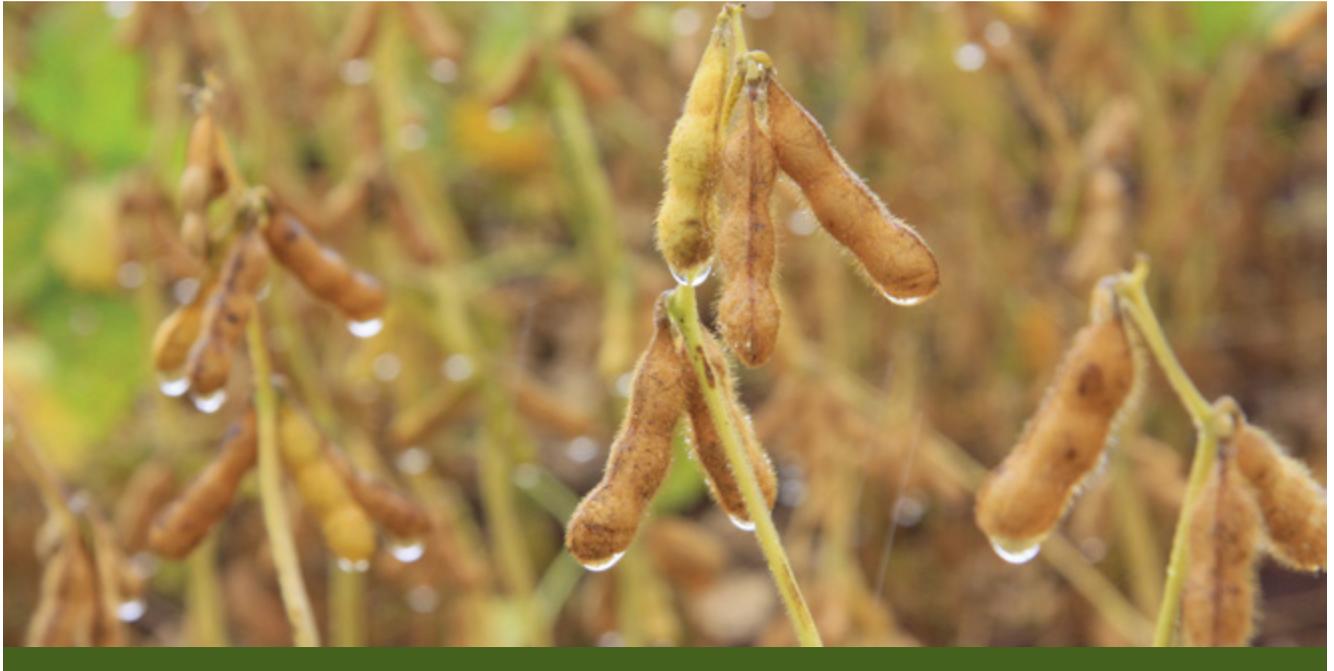
Salas específicas para preparo das caldas



Equipamentos específicos para manuseio

# Comissão debate seguro para soja

Discussões são para aprimorar modelo do PSR



A FAEP está presidindo a Comissão Consultiva dos agentes do Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR) do Ministério da Agricultura (MAPA). Participam dessa comissão representantes dos produtores, cooperativas, seguradoras e resseguradoras. A Comissão Consultiva de Agentes do PSR, criada no âmbito do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) tem como finalidade sugerir melhorias nas regras do Programa, visando a otimização do gasto público e a harmonia entre os agentes envolvidos no Programa.

Em 2016 foram realizadas duas reuniões para tratar de temas de interesse do seguro rural. Visando aprimorar o PSR, foi discutido na reunião de 23/02 o modelo de negociação coletiva para fins de contratação de seguro rural para a cultura da soja. Esse modelo de negociação começou em 2015, com um edital de R\$30 milhões, e será repetido em 2016, mas ainda não se sabe os detalhes de valores, que dependem do CGSR. A iniciativa tem o objetivo de aumentar o poder de escolha dos produtores no momento da contratação de uma apólice de seguro rural, garantindo assim melhores condições contratuais. O modelo de negociação coletiva não substitui o modelo tradicional de acesso à subvenção econômica do PSR.

Portanto, o produtor rural, individualmente, continua a poder segurar sua produção nas modalidades e na forma usual de acesso ao PSR. Em meados de março o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural deve divulgar uma resolução com as regras para acesso ao edital de 2016.

Para acessar esses recursos de subvenção ao prêmio de seguro rural, os produtores, após a edição do edital, devem procurar as entidades como associações, cooperativas e entidades representativas, as quais farão listas de produtores (em torno de 250 produtores por lista, número a ser definido ainda). O produtor informará as produtividades obtidas na propriedade nas últimas três a seis safras (recomenda-se que informe as últimas seis safras) e as entidades encaminharão as listas de produtores interessados no seguro de soja ao MAPA (entre final de março e maio). Todas as companhias seguradoras terão acesso a essas listas e farão propostas comerciais das condições do seguro como valor do prêmio, coberturas e serviços ofertados. As entidades que tiverem a lista de produtores aprovada no processo escolherão a melhor proposta das companhias seguradoras. Todo o processo deve ocorrer entre final de março e começo de julho.

# Governo corta 46% do PSR

Lideranças rurais reagem contra a medida. FAEP envia ofício exigindo retomada dos valores originais



A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, anunciou durante reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), no dia 23 de fevereiro, que a subvenção para o seguro rural da safra 2016/2017 contará com R\$ 400 milhões. O valor implica em um corte de 46% sobre o orçamento original do Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR), que era de R\$ 741,6 milhões. A redução, que faz parte do pacote de contingenciamento de recursos federais para 2016, provocou reações no meio agropecuário. O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, enviou ofício condenando a mudança e solicitando o retorno aos valores antigos.

Com menos recursos no programa, uma parcela significativa dos produtores de culturas de maior risco, como trigo, milho safrinha, feijão e frutas, deverão ficar expostos aos problemas climáticos sem a proteção do seguro ainda no primeiro semestre. Os produtores de milho verão, soja e demais atividades também serão prejudicados,

pois a demanda de seguro agrícola para essas culturas era crescente até o ano passado e já ultrapassava os R\$ 741 milhões prometidos pelo governo no ano passado.

O valor de R\$ 400 milhões “será insuficiente para atender a demanda dos agricultores”, diz Meneguette. Como consequência, a área coberta por apólices não ultrapassará 8% da terra agrícola do país. “Muitas regiões podem ficar sem seguro, considerando que além do corte no orçamento, o MAPA mudou as regras de apoio do percentual de subvenção ao prêmio”, diz.

De fato, o governo reduziu sua participação – a parte da União no seguro. Antes, esses valores variavam entre 40% a 70% de subvenção, dependendo da atividade agrícola. Esses números baixaram para 30% a 45%. Na prática, isso significa que, mesmo que o produtor consiga acessar o programa, terá que desembolsar muito mais dinheiro para contratar o seguro agrícola.

# Milho brasileiro valorizado

O maior volume de exportações fez o preço no mercado interno disparar



Um conjunto de fatores contribuiu para a elevação do preço do milho no mercado interno: aumento das exportações, condições climáticas, maior demanda interna pelo grão e diminuição da área plantada na 1ª safra, o que reduz a oferta e transforma o período em entressafra do grão. As informações são do engenheiro-agrônomo, Hugo Godinho, do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura Abastecimento do Paraná (Seab). No mercado interno, a saca de 60 kg, estava cotada em 25/2 a R\$ 33,00. Na Bolsa de Chicago (convertendo valores e medidas), o preço equivale a R\$ 34,35.

Em 2015/2016 o Paraná registra a menor área plantada de milho 1ª safra: 423 mil hectares, com uma estimativa de colheita de 3,5 milhões de toneladas, em contraponto a uma área plantada em 2014/2015, de 542 mil hectares e uma produção de 4,6 milhões de toneladas. “Os números comprovam a preferência do produtor em

plantar a soja em detrimento do milho, e com isso podemos dizer que esse período surge como uma entressafra de milho”, comenta. As chuvas, que, segundo o Deral, afetaram em especial a região de Ponta Grossa e parte do Oeste, causaram uma pequena redução na produtividade das lavouras, em torno de 3%.

Os preços favorecem o produtor de grãos, mas pressionam a cadeia produtiva de carnes, que precisa do milho para a ração dos animais. O clima será mais uma vez o grande pêndulo na busca do equilíbrio produção/mercado. A tendência, de acordo com as estimativas do meteorologista Luiz Renato Lazinski, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), é que o Brasil, após dois anos sem o registro de longos períodos com baixas temperaturas, tenha em 2016 um inverno com baixas temperaturas.

O especialista prevê que o Paraná, mais especificamente a região Norte (Londrina/Maringá), não deve sofrer com o frio, mas existe

risco de geada forte na região Oeste do Estado. “Até maio o El Niño desaparece no Pacífico e entramos em uma fase de neutralidade climática. Mas como as estimativas apontam para um inverno bem frio essa região pode sofrer com fortes geadas”, explica.

O produtor rural brasileiro tem que plantar aqui e ficar de olho no clima dos EUA. Sendo assim, Lazinski prevê que o clima no início de plantio da safra americana de milho, que começa em meados abril

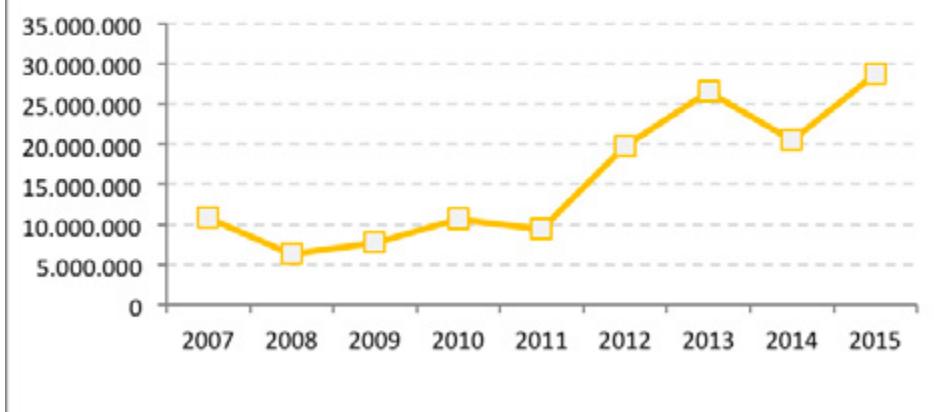
e vai até maio, terá clima favorável. “Mas, a partir de setembro até a colheita podem ocorrer questões climáticas desfavoráveis”.

Todo esse quadro influencia diretamente o preço do milho brasileiro que vem sendo valorizado por vários compradores. Em 2015 as exportações do grão no Paraná contabilizando 3,634 bilhões de toneladas registraram aumento de 22%, em relação a 2014, que foram de 3,057 bilhões de toneladas.

O maior comprador de milho paranaense em 2015 foi o Vietnã, com 726,8 mil toneladas comercializadas, seguido do Japão, com 547,1 mil de toneladas. No total, o Estado exportou para 15 países, 3.634 mil toneladas.

A produtividade média nesta safra de milho no Paraná foi de 8.503 quilos por hectare. “Segundo estimativas iniciais do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a área de milho na safra 2016/2017 nos Estados Unidos deve crescer 2,3% em relação à safra passada, com projeção de preços internacionais menores que na safra 2015/16”, comenta a economista e técnica do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, Tânia Moreira.

## Exportações brasileiras de milho (toneladas)



## NOTAS

### Abate de frango em alta

Não é só a carne bovina do Paraná que está em alta no mercado internacional. O frango também começou o ano com resultados positivos nas exportações. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Estado exportou 112,46 mil toneladas de carne de frango em janeiro de 2016. O número representa uma alta de 13,1% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram exportadas 99,42 mil toneladas do produto. Com isso, o Estado respondeu por 35,36% do total de embarques do país.

### Mudanças no registro de produtos de origem animal

O Diário Oficial da União da última quarta-feira (24) trouxe o decreto nº 8.681, que altera o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (Riispoa), que data de 1952. De acordo com a medida, todos estes produtos deverão ser registrados junto ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. O registro poderá ser feito através de uma plataforma eletrônica que será disponibilizada pelo Ministério da Agricultura (MAPA). A nova regra entra em vigor 90 dias após a publicação do decreto.

# Pedágio. O que fazer?

\*Antônio José Correia Ribas

Desde a sua implantação, os contratos de concessão rodoviária no Paraná vêm acompanhados de polêmicas e desinformação.

Na medida em que as questões políticas contaminavam as discussões técnica, os contratos foram sendo modificados e quase sempre com consequências que levavam a piores condições para o usuário.

Desde a redução unilateral da tarifa até o “abaixa ou acaba” os contratos foram sendo alterados retirando obras ou reduzindo obrigações das empresas concessionárias. Quando não, criando os famigerados “degraus tarifários”.

Com os conflitos resultantes dessas ações políticas, mais de uma centena de ações judiciais aguardam, nas mais diversas fases, decisões do Poder Judiciário que poderão levar a um passivo gigantesco nos contratos, transformado em uma dívida de grande porte ao Estado do Paraná. Poderemos ter, como resultante e conforme prevê a Concessões de 13 de fevereiro de 1995, ao fim dos contratos atuais um passivo que deverá ser quitado ou na forma de um pagamento por parte do Governo Estadual – pouco provável – como na de um aumento no prazo de vigência dos atuais contratos. Será, na prática, a extensão da atual situação sem execução de obras relevantes por um longo período.

Por outro lado, os contratos atuais preveem que os acréscimos dos custos das obras previstas no contrato original deverão ser tratados em reequilíbrio econômico-financeiro, com aumento de tarifa ou diminuição das obras. Os dois casos estão ocorrendo. Seja por aplicação dos “degraus tarifários”, seja pela redução das obras. Para dar um exemplo, a duplicação da BR 376 entre Ponta Grossa e Apucarana não será executada na sua totalidade com a disponibilidade financeira do atual contrato. Talvez, com muita sorte, pouco mais da metade de sua extensão será passível de duplicação.

O que fazer então?

Dois caminhos podem ser tomados, baseados ambos em uma mesma premissa.

Novo estudo considerando as novas condições econômicas do Brasil deverá ser feito imediatamente. É razoável imaginar uma significativa redução na TIR – Taxa Interna de Retorno -, atualização dos dados de tráfego e consideração de que os custos das obras deverão seguir a Tabela de Preços do DER/PR. Este estudo poderá servir de base para uma nova licitação a ocorrer e os novos contratos estarem vigentes a partir de 2022.

O segundo caminho, com resultados mais imediatos, será, de posse desse mesmo estudo, o Governo do Estado convocar as empresas detentoras dos atuais contratos e estabelecer que a sua continuidade só se dará mediante uma repactuação das premissas

contratuais e que essas serão estabelecidas no estudo em referência. Isto feito, teremos um novo contrato em que se sobrepõem as condições dos contratos atuais e do novo estudo.

A resultante disso será a possibilidade de uma redução significativa e imediata das atuais tarifas e a execução de um programa de obras mais agressivo que permita em um menor espaço de tempo vermos as rodovias do anel de Integração totalmente duplicadas, com a inclusão das marginais nos trechos urbanos, das execuções de interseções em desnível (viadutos) nos acessos, obras essas eliminadas nas diversas alterações contratuais.

Parece que todos falam a mesma coisa, porém alguns diferem na forma. Ninguém quer a continuidade dos contratos nas atuais condições.

Alguns preferem que as alterações se deem imediatamente. Outros imaginam que melhor seria aguardar mais cinco anos e, torcendo para que as condições econômicas do país melhorem, proceder novo processo licitatório. Esperando que interessados se apresentem.

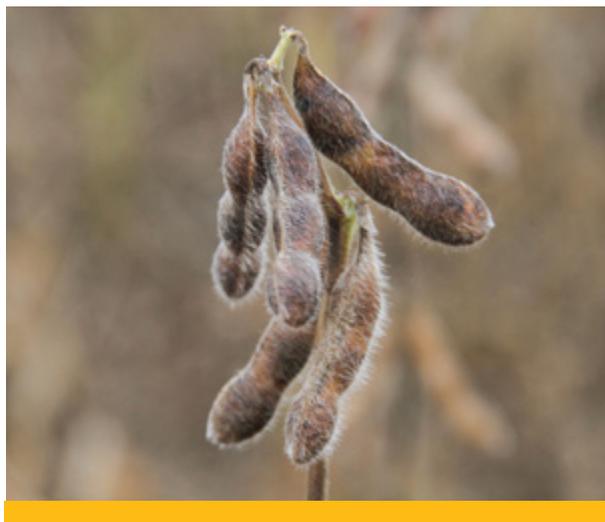
Qualquer dos dois caminhos podem parecer satisfatórios, mas a Economia do Paraná não pode esperar e parece ser de interesse público que a solução seja buscada imediatamente.

Só não podemos dar apenas uma conotação política para nortear os caminhos a serem seguidos.

A sorte fica lançada!



\*Engenheiro-civil, ex-diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), ex-presidente da Associação Brasileira dos DERs, ex-diretor presidente da Agência Reguladora do Paraná (Agepar).



## Menos soja no Paraná

O Paraná, segundo maior produtor de soja no país, deverá colher uma safra menor da oleaginosa na temporada 2015/16. A expectativa é de uma safra de 17,6 milhões de toneladas, uma queda de 500 mil toneladas em relação ao período anterior, segundo o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab).

O engenheiro-agrônomo Carlos Hugo Godinho, do Deral, avaliou que a falta de luminosidade durante o plantio de soja, entre novembro e dezembro, pode ter sido um dos fatores que atrapalharam o desenvolvimento da cultura. Além disso, a chuva também preocupa os produtores nesse período de colheita. “Metade da área já foi colhida, mas ainda não sabemos como o clima vai se comportar durante o restante da colheita”, destacou. Hoje, de acordo com ele, a área destinada à cultura de soja na safra 2015/2016 é de 5,27 milhões de hectares.

## Visita

O prefeito de Cruzeiro do Sul, Ademir Mulon, e o assessor Marcos Cesar Sugigan estiveram reunidos com o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, na quarta-feira (24), na sede da entidade. Na pauta da conversa, os estragos causados no município pelas chuvas de janeiro e o Encontro Estadual de Sericultores, que será realizado no município em julho.



## Tese sobre o SENAR-PR

No último dia 23 de fevereiro, a pedagoga Lucymara Carpim defendeu a tese de doutorado “Formação Pedagógica Continuada do professor de educação profissional do segmento rural na modalidade da educação à distância” na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em Curitiba. O objetivo foi desenvolver uma formação pedagógica para um grupo de 38 instrutores do SENAR-PR, na modalidade de Educação à Distância, através do sistema Eureka. A assessora do SENAR-PR, Patrícia Lupion, participou da banca que avaliou o trabalho, que foi aprovado.

## Juranda



## Informática

O Sindicato Rural de Juranda realizou, nos dias 19 e 20 de novembro de 2015, o curso Produção Artesanal de Alimentos - geleias, doces de corte e doces pastosos. Participaram 11 produtoras rurais com a instrutora Sílvia Lucia Neves. O presidente do sindicato, Benjamim Mendes da Cruz Neto participou do encerramento.

## Ribeirão do Pinhal



## Projeto

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal foi um dos patrocinadores do Projeto Soletando, evento Educacional e Cultural organizado pelo Lions Clube local para alunos da 9ª Série. Foram classificados 12 alunos e o vencedor, foi André Paiva, que ganhou um tablet assim como sua professora. Ficaram em 2º lugar Eduardo Miasaki e em 3º Roselayne Bianchi as crianças ganharam bicicletas, patrocinadas pela Formativa e o Lions Clube.

## São Mateus do Sul



## Motosserra

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul realizou, em parceria com os produtores rurais Luiz Adyr e João Carlos Pereira, na localidade de Tijuco Preto o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Motosserra - Corte polivalente de árvores. Participaram cinco trabalhadores rurais com o instrutor Emerson Massoqueto Batista.

## Sertanópolis



## Grãos

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou de 10 a 13 de novembro de 2015 o curso Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal – classificação – integrado de grãos. Participaram 13 trabalhadores rurais com a instrutora Ivonete Teixeira Rasêra.

## Sertanópolis



### NR 35 atualização

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou no dia 20 de novembro de 2015 o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho NR 35 – Trabalho em altura – atualização. Participaram oito trabalhadores com o instrutor Clovis Michelim Biasuz.

## Ubiratã



### Mandioca

O Sindicato Rural de Ubiratã realizou nos dias 13 e 24 de janeiro o curso Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca – básico. Participaram 14 merendeiras das redes municipal e estadual de ensino na Escola Estadual Olavo Bilac. A instrutora do grupo foi Silva Lucia Neves.

## Teixeira Soares



### Mulher Atual

O Sindicato Rural de Teixeira Soares realizou, no Recanto do Ribeirão de Cima, no dia 29 de novembro de 2015 uma palestra com a administradora Caren Kelli Jenczmionki para as ex-alunas do curso Mulher Atual, com o tema “O Papel da Mulher no meio rural”. O evento contou com a participação de 50 mulheres.

## Bandeirantes



### Manejo

O Sindicato Rural de Bandeirantes realizou, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá, de 5 a 12 de dezembro de 2015, o curso Trabalhador na Bovinocultura de Corte – Manejo. Participaram 12 universitários, produtores e trabalhadores com o instrutor Marcelo Ailton Zschornack.

## Transportes

Dois loucos andando de trem reparam na paisagem lá fora. Um deles, intrigado, pergunta:

— Ei, por que os postes andam tão rápido?

Ao que outro responde:

— Não sei. Mas, por via das dúvidas, na volta a gente vai de poste!

+++++++

Dois passageiros, um homem e uma mulher, viajavam lado a lado em um ônibus. A certa altura, ele volta-se para a mulher e pergunta:

— Minha senhora, por acaso o fumo a incomoda?

— Sim — ela responde. — Na verdade me incomoda muito.

— Então faça o favor de descer na próxima parada porque eu vou acender um cigarro.

## A evolução do macaco

O filme King Kong, de 1933, foi um sucesso tão grande à sua época que ajudou a consolidar o “filme de monstros” como uma categoria à parte do cinema. O êxito deu frutos: a película teve continuações e refilmagens. Veja como as feições do macacão mudaram nas principais versões.

King Kong (1933)



King Kong 1976



King Kong vs  
Godzilla (1962)

King Kong 2005



## Sai de perto!

Ele é pequeno – de 5 a 12 centímetros da cabeça à ponta da cauda – e tem uma aparência meio pré-histórica, mas o que mais impressiona no lagarto-de-chifres é a sua forma de defesa. O animal, nativo dos desertos da América do Norte, consegue aumentar a pressão arterial em sua cabeça e esguicha um jato de sangue nos possíveis predadores, principalmente se forem coiotes e linces. O gosto do sangue parece ser ruim para esses inimigos, e os animais acabam se afastando.



## A pior do mundo

A consultoria Skytrax faz, todos os anos, uma classificação das companhias aéreas de todo o mundo, com base em quesitos como pontualidade, qualidade do serviço de bordo e do entretenimento, entre outros. No topo do ranking, algumas boas companhias se revezam: Emirates, Qatar, Singapore Airlines entre elas. Na parte de baixo não há discussão: há quatro anos seguidos a Air Koryo, companhia estatal da Coreia do Norte, é imbatível. Passageiros apontam como os pontos mais negativos da pior companhia do planeta a alimentação servida a bordo e os vídeos transmitidos nas telas de bordo, que se limitam à propaganda do regime comunista do país.





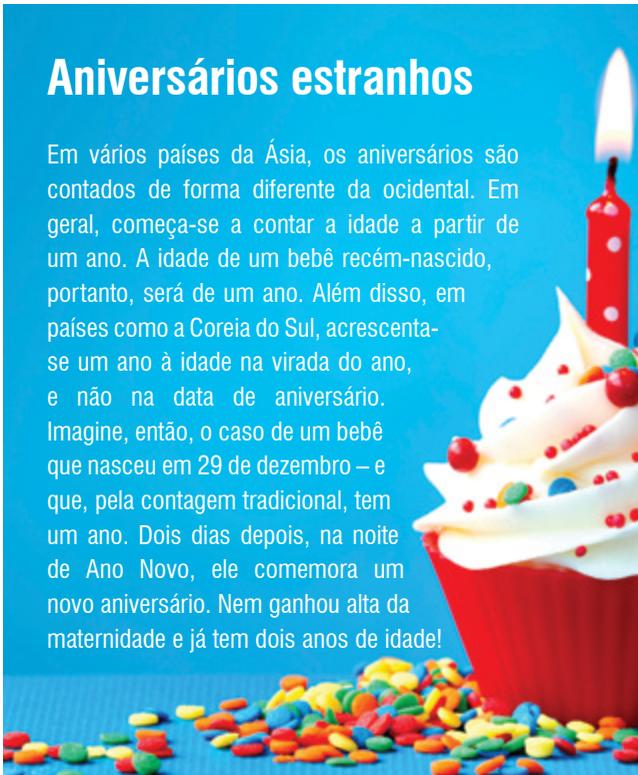
## Sem penas

*O leitor Fernando Trento, de Marechal Cândido Rondon, envia esta imagem dos passarinhos que nasceram no telhado de sua casa. Parecem tão confortáveis nesse ninho...*

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br)

## Aniversários estranhos

Em vários países da Ásia, os aniversários são contados de forma diferente da ocidental. Em geral, começa-se a contar a idade a partir de um ano. A idade de um bebê recém-nascido, portanto, será de um ano. Além disso, em países como a Coreia do Sul, acrescenta-se um ano à idade na virada do ano, e não na data de aniversário. Imagine, então, o caso de um bebê que nasceu em 29 de dezembro – e que, pela contagem tradicional, tem um ano. Dois dias depois, na noite de Ano Novo, ele comemora um novo aniversário. Nem ganhou alta da maternidade e já tem dois anos de idade!



## Uma coroa para o abacaxi

Para quem quer dar ao corpo um impulso na saúde e na cura, o ingrediente é o abacaxi. Rico em vitaminas A e C, ele é conhecido por aumentar a capacidade do organismo de combater as bactérias invasoras. A bromelina, uma enzima digestiva natural extraída da fruta, tem sido testada na guerra contra o câncer e outras doenças crônicas.



## O avô da Europa

Miguel de Bragança era filho de Dom João VI, rei de Portugal, e irmão de Dom Pedro, que viria a ser o primeiro imperador do Brasil. Os dois tinham importantes diferenças políticas – Dom Pedro tornou-se partidário da monarquia constitucional, tanto aqui como na Europa; seu irmão era favorável ao velho absolutismo. Chegaram a guerrear quando Miguel tentou assumir o trono português, que Pedro havia entregue à sua filha Maria, então com sete anos de idade, em 1826. Foi ele o pivô da Guerra Civil Portuguesa, que durou de 1831 e 1834. Derrotado e condenado ao exílio, Miguel concebeu uma astuta política de conquista do poder: casou-se com a filha de um príncipe alemão e arquitetou o matrimônio de seus sete filhos e filhas com descendentes de outros dignatários do Velho Continente, como o Grão

Duque de Luxemburgo, o Duque de Parma, o Arquiduque da Áustria, o Duque da Bavária e o Rei da Espanha. Tornou-se conhecido como “o avô da Europa”, porque no início do século XX havia descendentes dele na família real de diversos territórios.

# CUIDADO COM AS PALAVRAS!

Certa vez, um homem falou tanto para outras pessoas que o seu vizinho era um ladrão, que as autoridades acabaram desconfiadas. O vizinho acabou preso. Passou por sofrimentos e humilhação.

Feitas as investigações necessárias, entretanto, comprovou-se que as acusações eram falsas – e mal-falado vizinho era, na verdade, inocente! Sendo assim, foi solto, e processou o homem que o havia acusado.

Na hora de explicar-se no tribunal, ele disse ao juiz que havia, realmente, falado mal de seu vizinho, mas que a pena não poderia ser muito dura. “Afim”, insistiu, “comentários não causam tanto mal”.

O juiz ouviu todas as alegações e, ao fim da audiência, deu a seguinte instrução ao fofoqueiro:

— Escreva cada um dos comentários que você fez sobre seu vizinho em pequenos pedaços de papel. Quando sair daqui, determino que você deve ir a pé para casa, sob a supervisão de um policial. À medida que caminha, jogue no chão todos esses

pedaços de papel. Retorne a este tribunal amanhã para ouvir a minha decisão.

Ele obedeceu. No dia seguinte, assim que entrou na sala de audiências, o juiz disse:

— Antes que eu possa emitir sua sentença, peço que você retorne pelo caminho, apanhando novamente os pedaços de papel que espalhou ontem.

— Mas, meretíssimo — protestou ele —, não posso fazer isso! A essa hora o vento deve ter carregado os papéis todos, não vou ter como encontrá-los mais!

A resposta do juiz liquidou o caso:

— É verdade. Ocorre a mesma coisa com os comentários que você faz. Uma palavra que pode destruir a honra de uma pessoa espalha-se a ponto de nunca mais podermos consertar o mal causado. Se o que você vai falar de alguém não for edificante, é melhor nem falar!



#### Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

#### EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

#### REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_

#### SISTEMA FAEP



#### SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |  
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br) | [faep@faep.com.br](mailto:faep@faep.com.br)  
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |  
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br) | [senarpr@senarpr.org.br](mailto:senarpr@senarpr.org.br)

A versão digital deste informativo  
está disponível no site:

[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)